



SUMÁRIO EXECUTIVO

DIAGNÓSTICO DE POTENCIALIDADES DE INCLUSÃO PRODUTIVA DO PÚBLICO INSCRITO NO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL (CADÚNICO)

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Brasília, novembro de 2011

Sumário Executivo

DIAGNÓSTICO DE POTENCIALIDADES DE INCLUSÃO PRODUTIVA DO PÚBLICO INSCRITO NO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL (CADÚNICO)

1 - Apresentação

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), no âmbito do Acordo de Cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), intitulado “Apoio à Agenda do Conhecimento”, promoveu o estudo “Diagnóstico de Potencialidades de Inclusão Produtiva do Público Inscrito no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)”. O estudo foi executado pelo Consórcio SACES¹, contratado por via licitatória, no período de maio de 2010 a abril de 2011.

A pesquisa teve como objetivo levantar subsídios para a elaboração de políticas públicas de geração de trabalho e renda em uma seleção de municípios localizados no entorno de grandes plantas industriais relacionadas ao refino de petróleo e à mineração. Os locais escolhidos no âmbito deste projeto foram: a refinaria petrolífera de Bacabeira (MA) e seu entorno, abrangendo oito municípios vizinhos, e o sítio econômico da mineração e siderurgia no Alto do Paraopeba, tendo como centro Congonhas (MG), além de mais seis municípios que compõem o Consórcio para o Desenvolvimento do Alto do Paraopeba (CODAP).

Para cumprir tal objetivo, a pesquisa foi dividida em duas etapas. A primeira teve como foco um diagnóstico voltado para a população inscrita no CadÚnico com idade entre 16 e 54 anos e que possuíam no mínimo escolaridade fundamental, procurando investigar:

- ♦ A caracterização e perfil socioeconômico dessa população, destacando o nível de instrução e as experiências de trabalho atuais e anteriores;
- ♦ O conhecimento e o acesso às condições locais de promoção à inclusão produtiva, abrangendo ações de qualificação, assistência técnica e microcrédito;
- ♦ O grau de conhecimento em relação aos grandes investimentos locais;
- ♦ A percepção acerca das possibilidades de inclusão produtiva – problemas e potencialidades – dada a implementação do projeto na região;
- ♦ A percepção sobre como o governo pode apoiar o processo de inclusão produtiva.

1 Consórcio constituído pelo Instituto SAGRES – Políticas e Gestão Estratégica Aplicadas (empresa líder), pela CESO CI Internacional e pela SLA Consultoria em Estratégica.

A segunda etapa da pesquisa, relacionada aos atores locais do poder público e da sociedade civil envolvidos com atividades de inclusão produtiva, buscou:

- ♦ Mapear e descrever o funcionamento atual de iniciativas governamentais e não-governamentais que visam à inclusão produtiva do público específico;
- ♦ Identificar junto a líderes empresariais, representantes de trabalhadores, coordenadores de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e gestores locais da área de Assistência Social e Trabalho formas de aproveitamento do dinamismo econômico potencial para promover ações de inclusão produtiva.

2 - Metodologia

A pesquisa integrou abordagens quantitativas e qualitativas. No âmbito do diagnóstico da população inscrita no CadÚnico, foram promovidos dois grupos focais em cada região alvo do estudo que subsidiaram a elaboração do questionário utilizado na pesquisa quantitativa. Esta, por sua vez, contemplou entrevistas individuais, por meio de questionários estruturados, em uma amostra composta por 2.320 domicílios distribuídos entre as regiões de Bacabeira/MA (1.725) e de Congonhas/MG (595). A pesquisa utilizou o método de amostragem aleatória (probabilística) estratificada, sendo que os municípios foram agrupados em quatro estratos amostrais, a saber:

- ♦ São Luís;
- ♦ Bacabeira;
- ♦ Demais municípios do Maranhão; e
- ♦ Municípios de Minas Gerais.

Em relação aos objetivos da pesquisa direcionados para as estruturas e instituições locais de promoção de inclusão produtiva, foram realizadas dinâmicas de grupos e consultas com atores relevantes que subsidiaram um estudo de prospectiva estratégica. Nesse sentido, participaram das dinâmicas de grupo (Oficinas Prospectivas) e das consultas, os seguintes atores e instituições: prefeitos, secretários municipais e estaduais de trabalho e emprego, secretários municipais e estaduais da assistência social, representantes do Sistema S, do Sistema Nacional de Emprego (SINE), do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), das universidades estaduais e federais que atuam nas regiões do estudo, além de representantes de órgãos do executivo federal (Ministérios da Educação, Trabalho e Emprego, Minas e Energia, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Integração Nacional) e o Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDS.

No estudo de prospectiva estratégica foram desenvolvidos instrumentos com o objetivo de identificar as possíveis políticas de inclusão social e produtiva, na perspectiva de promover integrações e interações entre os principais atores que, de forma direta ou indireta, são responsáveis pelo planejamento ou execução das políticas públicas de inclusão social e produtiva no país. Foram realizadas três oficinas prospectivas (São Luís/MA, Congonhas/MG e Brasília/DF), com a participação média de 15 atores em cada uma, e consultas, por telefone ou mensagem eletrônica, com cerca de 20 atores estratégicos.

3- Resultados - Etapa quantitativa: diagnóstico da população inscrita no CadÚnico, entre 16 e 54 anos, com ensino fundamental completo

3.1 - Caracterização do público alvo

A pesquisa revelou uma diferença significativa entre a população de São Luís e dos demais estratos pesquisados no Maranhão. Nesse sentido, os dados são apresentados destacando-se a capital maranhense dos demais municípios investigados. No estrato de São Luís predominava uma população mais envelhecida quando comparada aos demais estratos do Maranhão – a participação da população de 40 anos ou mais nos demais estratos do Maranhão era relativamente pequena (enquanto em São Luís beira 20%, nos demais estratos não chegava a 10%). Na faixa de 16 a 30 anos de idade, o estrato de Bacabeira concentrava quase 85% da população (nos demais municípios, somavam-se cerca de 75%), enquanto em São Luís a proporção nesta faixa era de 55%. A maior proporção, em todos os estratos no Maranhão, era do sexo feminino.

São Luís representa um estrato predominantemente urbano (89,9%), enquanto Bacabeira é um município marcadamente rural, com cerca de 72% da sua população inscrita no CadÚnico residente no meio rural. No estrato “Outros Municípios” havia uma distribuição muito próxima entre os que vivem no meio urbano (59,2%) e no meio rural (40,8%).

Em Minas Gerais, na região do CODAP, prevalecia uma população masculina (62%) e mais jovem, sendo que 25% da população pesquisada estavam na faixa entre 16 e 20 anos e outros 45% na faixa de 21 a 30 anos. A população urbana representava cerca de 90% do total.

Estimou-se em 3%, entre os indivíduos com o perfil da pesquisa, a proporção daqueles que apresentavam alguma deficiência incapacitante para o trabalho. Na região de Congonhas/MG, a proporção era próxima a 1%.

Em relação à educação, também foram observadas diferenças tanto no que diz respeito à qualificação quanto à frequência escolar. Em Minas Gerais, parcela significativa da população possuía o ensino médio ou formação técnica, enquanto que nos estratos do Maranhão, as diferenças eram mais acentuadas, sendo mais

elevado o nível educacional em São Luís, com uma maior proporção de indivíduos com nível médio.

No que diz respeito à frequência escolar, nos estratos do Maranhão, cerca de 20% dos indivíduos estavam frequentando a escola, enquanto no estrato Minas Gerais, este percentual era de 25%.

No que diz respeito à ocupação, 62% dos indivíduos pesquisados nos municípios de Minas Gerais tiveram trabalho remunerado nos últimos 30 dias – cerca de 45% destes trabalhadores pertenciam ao grupo etário de 21 a 30 anos. No caso do Maranhão este percentual foi menor – 55% em São Luís e 44% nos demais estratos. Importante destacar também que houve uma diferença expressiva entre as áreas rurais e urbanas, sendo que nas áreas urbanas foi maior o percentual de pessoas que afirmou ter exercido algum trabalho remunerado nos últimos 30 dias.

A taxa de ocupação em relação à PIA² nas regiões estudadas encontrava-se próxima à média nacional (54%³), sendo que no grupo de desocupados encontravam-se os inativos. A taxa de desocupação era bastante elevada em todas as regiões pesquisadas, sendo 31% da população economicamente ativa em Minas Gerais e 47% no Maranhão.

Em relação aos setores ocupacionais predominantes, em Minas Gerais destacava-se o setor industrial e no Maranhão os setores de comércio e serviços. A participação das pessoas que trabalham por conta própria era mais elevada nos estratos do Maranhão – 22% contra 13% em Minas Gerais. Há uma diferença significativa no que diz respeito à formalização. No estrato de Minas Gerais o percentual de trabalhadores com carteira assinada chegava a 50%, em São Luís o percentual era de quase 40% e no estrato do Maranhão, exclusive São Luís, esse percentual não chegava a 20%.

Em relação à renda individual média, observaram-se diferenças significativas, sendo mais elevada em Minas Gerais (R\$ 654) do que em São Luís (R\$ 510) e demais municípios pesquisados no Maranhão (R\$ 431). Quando comparada a renda média de homens e mulheres, a diferença era mais acentuada em Minas Gerais, onde a renda média dos homens era 69% maior do que das mulheres. A menor diferença era observada no Maranhão, exclusive São Luís, onde a diferença na renda média era de apenas 4% entre os sexos, favoravelmente às mulheres.

2 Em realidade a PIA tem sido considerada como a população de 10 anos ou mais. Como pela legislação brasileira, só é permitido a formalização de relação de trabalho a partir dos 16 anos, muitos estudiosos vem considerando como PIA a população com 16 anos e mais, restringindo, ademais, a população com menos de 64 anos, pois após essa idade as condições de aposentadoria estão dadas. No presente trabalho, considerou-se a população alvo como a população em idade ativa, ficando a se buscar como discriminar os inativos e os desocupados, decisões que são apresentadas no decorrer da análise dos dados.

3 Segundo dados da Pnad 2009 para a população de 10 anos ou mais.

3.2 – Conhecimento e expectativas quanto aos projetos de investimento

No que diz respeito às principais expectativas profissionais que os indivíduos tinham num horizonte de 5 anos, constatou-se que, na região de Congonhas, 63% dos inquiridos esperava estar empregado, dos quais 95% gostariam que o emprego fosse com carteira assinada. Do restante, verificou-se que 13% queriam ser trabalhadores por conta própria, 12% esperavam obter uma melhor qualificação profissional e 6% achavam que estariam sem trabalho. Quanto ao local de trabalho onde os empregados pensavam em exercer funções nos próximos 5 anos, cerca de 78% esperavam estar no atual município. No que diz respeito à remuneração, cerca de 35% consideraram aceitável receber um salário mínimo, enquanto 60% consideraram até 2 salários.

No Maranhão, foi levantado que a população pesquisada tinha, no horizonte de cinco anos, as seguintes expectativas laborais: estar empregado (56%); ter-se qualificado profissionalmente (cerca de 25%), ser trabalhador por conta-própria/ autônomo (13%); e, apenas 3% previa estar desempregado. Quanto ao local de trabalho, 86% esperavam manter-se no município atual e, quanto à remuneração, 35% consideravam uma remuneração de um salário mínimo e 55% consideravam até dois salários mínimos.

Em Minas Gerais, apenas 50% dos indivíduos tinham conhecimento sobre a construção do Polo de Mineração e Siderurgia do Vale do Paraopeba, enquanto que, entre os indivíduos pesquisados no Maranhão, 63% afirmaram ter conhecimento sobre a construção do Polo Petroquímico de Bacabeira.

De maneira geral, tanto em Minas Gerais, quanto no Maranhão foi positiva a percepção da população sobre as consequências das construções dos polos de mineração e petroquímico, respectivamente. Houve concordância, nos dois casos, quanto à geração de empregos e aumento de renda na região, devido a esses grandes empreendimentos. Entretanto, no Maranhão, foi ligeiramente superior a proporção de indivíduos que concordaram com a opinião de que as pessoas da região não estavam suficientemente qualificadas e que os melhores empregos iriam ficar para as pessoas de fora da região.

A pesquisa procurou captar a opinião dos indivíduos em relação às diferentes formas de atuação governamental visando estimular o beneficiamento da população local devido a esses grandes investimentos. Em ambos os estados, a oferta de cursos de qualificação profissional foi a forma mais apontada (78% na região de Congonhas e 88% em Bacabeira). A estruturação de postos de intermediação de mão de obra foi apontada por 7% da população nas duas regiões.

Enquanto em Minas Gerais 49% dos pesquisados não se percebiam preparados para assumir postos no polo petroquímico, no Maranhão esse percentual chegou a 56%. Nos dois casos, novamente a qualificação profissional foi apontada como o principal instrumento para o aproveitamento das oportunidades de trabalho e

renda geradas por esses grandes investimentos. Solicitados a mencionar até três opções de qualificação, os entrevistados mencionaram principalmente os seguintes cursos: informática (54%, no Maranhão, e 44%, em Minas Gerais); comércio, vendas e gestão (24%, MA, e 18%, MG); soldagem (22%, MA, e 19%, MG); metalúrgica (15%, MA, e 19%, MG).

Por outro lado, a pesquisa revelou que 46% dos pesquisados em Minas Gerais já havia frequentado algum curso de qualificação e 13,4% frequentavam à época da pesquisa. Já no Maranhão, 56% já havia frequentado e 13% frequentavam à época da pesquisa. Nas duas regiões os cursos de informática eram os mais frequentados (64% no Maranhão e 30% em Minas Gerais).

A pesquisa também levantou algumas habilidades que poderiam ser potencializadas com objetivo de inserção no mercado de trabalho. As seguintes atividades foram as mais apontadas: a) preparar comida (89% dos indivíduos no Maranhão e 83,6%, em Minas Gerais), b) consertar o encanamento de casas (38%, MA, e 35%, MG), c) fazer serviços de pedreiro (33%, MA, e 32%, MG), d) consertar a parte elétrica da casa (26%, MA, e 30%, MG), dirigir/ser motorista (23%, MA, e 30%, MG) e fazer artesanato (40%, MA, e 29%, MG).

3.3 – Articulação com programas sociais

Coerentemente com o padrão de renda encontrado, em Minas Gerais, 80% da população entrevistada afirmou não ser beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF) e 2,8% recebiam o Benefício de Prestação Continuada (BPC), sendo estes últimos, na maior parte, pessoas com deficiência. Cerca de 45% dos entrevistados conheciam o CRAS, dentre os quais um terço afirmou já ter procurado esse equipamento para algum tipo de atendimento. Entre aqueles que buscaram atendimento, 30% afirmaram ter sido encaminhado para algum serviço que poderia ajudar a arranjar um emprego ou ocupação remunerada (qualificação profissional ou posto de intermediação de mão de obra, na maioria).

No Maranhão, cerca de 50% da população pesquisada afirmaram ser beneficiárias do PBF (outros 20%, do Bolsa Escola), 6% recebiam o BPC, sendo, na maior parte, idosos, e 65% conheciam o CRAS, dentre os quais, 53% já buscaram algum tipo de atendimento. Entre aqueles que já buscaram algum tipo de atendimento, 17% foram encaminhados para algum serviço ou para outras políticas sociais que poderiam ajudar a conseguir algum emprego ou ocupação remunerada (qualificação profissional em 80% dos casos).

4- Resultados – pesquisa qualitativa: Oficinas de Prospectiva com Atores Estratégicos

Em relação à pesquisa qualitativa, observou-se no caso de Minas Gerais que havia um arcabouço institucional mais forte, em função da articulação existente a

partir do CODAP (Consórcio para o Desenvolvimento do Alto do Paraopeba). Isso não se verificou no Maranhão, onde ficou patente a falta de coordenação entre os municípios.

No que diz respeito às percepções dos participantes quanto ao investimento e planejamento de instrumentos relacionados à política de inclusão produtiva, foi consenso que havia disponibilidade de recursos. Entretanto, os participantes consideraram que havia alguns obstáculos para o acesso e para a sua execução (falta de informação, trâmites burocráticos, exigência de contrapartida, capacidade administrativa dos gestores locais, dificuldade na elaboração de projetos). Outro ponto positivo destacado foi a prática de elaboração de diagnósticos para a identificação de demandas. Em contrapartida, a falta de articulação vertical e horizontal nas esferas de governo foi apontada como a principal dificuldade para o desenvolvimento de atividades de planejamento.

Quanto às políticas públicas para inclusão produtiva, em ambas as regiões foi mencionada a necessidade de aprimorar os programas de capacitação, acesso ao crédito produtivo e intermediação de mão-de-obra. No que diz respeito aos programas de qualificação, por exemplo, foi reforçada a necessidade de se buscar mecanismos que procurem contemplar as necessidades das empresas, as áreas em que são ofertados os cursos de capacitação e uma melhor informação para a população do CadÚnico.

5 - Recomendações

Além dos resultados das pesquisas quantitativa e qualitativa, o estudo agregou um levantamento atual da oferta dos principais instrumentos de políticas públicas de inclusão produtiva, fundamentalmente em cada uma das áreas pesquisadas, no âmbito de:

- ♦ Serviços de intermediação de mão de obra e de trabalho autônomo;
- ♦ Programas de qualificação profissional;
- ♦ Programas de microcrédito produtivo, ou microfinanças;
- ♦ Organização e fortalecimento produtivo (associativismo, cooperativismo, Arranjos Produtivos Locais - APL);
- ♦ Serviços de transferências de técnicas e tecnologias básicas.

Vale destacar que a construção de articulações institucionais e a integração de ações de planejamento, gestão e avaliação são fundamentais e estruturantes para o fortalecimento e o sucesso das políticas de inclusão produtiva. Todavia, as conclusões desse estudo permitem afirmar que há um longo caminho a percorrer para que essas articulações e integração sejam efetivas. A partir das análises realizadas, foram feitas recomendações que ultrapassam o âmbito de atuação do

MDS, refletindo responsabilidades de diferentes níveis de governo que, portanto, dependem da articulação intersetorial e entre os entes federados para ser efetivadas. Essas são listadas a seguir:

- ♦ Promover articulações no sentido de criar e manter postos de intermediação de serviços autônomos, a exemplo do Centro de Trabalho Autônomo do Ceará;
- ♦ Incrementar políticas que visem inserir os inscritos no CadÚnico junto ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, articulando institucionalidades como o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), os Conselhos Estaduais e Municipais de Emprego e os CRAS;
- ♦ Ampliar a articulação com os postos locais do SINE nos níveis estaduais e municipais, focando a inserção dos inscritos no CadÚnico;
- ♦ Promover articulações no sentido de instalar e manter, em todos os municípios do estudo, postos de serviço público de emprego e de intermediação de mão de obra que ofereçam, complementarmente, qualificação e orientação profissional;
- ♦ Promover articulações com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para a modernização e a implantação de estruturas do SINE voltadas especificamente para grandes projetos de investimento, a exemplo do projeto Usina do Trabalho, realizado pelo SINE no âmbito da Secretaria de Trabalho de Minas Gerais;
- ♦ Promover articulações entre o SINE e as grandes empresas que estão se instalando nas regiões, ou ampliando suas plantas, com o propósito de criação de projetos especiais em benefício do público do CadÚnico;
- ♦ Promover articulações junto às entidades que oferecem cursos de qualificação profissional para a construção de cursos especialmente voltados para inscritos no CadÚnico, em especial as secretarias estaduais de emprego e o Sistema S;
- ♦ Promover articulações específicas para a estruturação de cursos de qualificação dos inscritos no CadÚnico em setores indiretamente demandados pelos grandes projetos de investimento, tais como hotelaria, alimentação, transportes urbanos e interurbanos, construção de residências, ruas, estradas e saneamento básico;
- ♦ Promover articulações junto ao Ministério da Educação (MEC) no sentido de instalar, nas regiões em tela, Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica voltadas para os grandes projetos de investimento. Devido aos longos prazos necessários para a efetivação dessas instituições, devem ser pensadas alternativas como o incremento das escolas de nível médio, com cursos adaptados para a profissionalização, tendo em vista as realidades locais;

- ♦ Promover articulações junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), responsável pelo Programa CrediAmigo, para fortalecimento desta ação junto a inscritos no CadÚnico na região de Bacabeira, com possível criação de uma linha específica. Além disso, a metodologia utilizada pelo CrediAmigo utiliza-se da criação de grupos solidários, os quais poderiam ter a criação facilitada por meio da atuação do CRAS;
- ♦ Promover articulações junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), responsável pelos programas de microcrédito do governo estadual, para fortalecimento desta atividade na região do CODAP;
- ♦ Promover articulações com outras entidades de microcrédito que se articulam em torno do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), do MTE, como a Rede CEAPE (Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos), visando à elaboração de linhas específicas que atendam beneficiários com o perfil dos inscritos no CadÚnico;
- ♦ Intensificar articulações com o SEBRAE voltadas, sobretudo, para projetos piloto nas regiões estudadas, que possam fortalecer os empreendimentos informais constituídos por inscritos no CadÚnico, principalmente por meio de cursos e assessorias de capacitação gerencial;
- ♦ Estruturar projetos específicos que beneficiem os empreendedores enquadrados na nova Lei do Microempreendedor Individual (MEI), com perfil próximo aos inscritos no CadÚnico;
- ♦ Promover articulações conjuntas com os CRAS e SEBRAE no sentido de estender os benefícios da Lei do MEI para os inscritos no CadÚnico;
- ♦ Incrementar articulações junto à Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do MTE, no sentido de estimular o cooperativismo e o associativismo junto ao público das regiões estudadas inscrito no CadÚnico;
- ♦ Promover articulações no sentido de criar e incrementar observatórios de emprego e trabalho nas regiões em tela, estruturando-os de modo a que possam atuar mais proativamente na produção de informações e conhecimentos estratégicos para tomada de decisões do poder público, com relação às ações de promoção do emprego;
- ♦ Promover a realização de novos estudos prospectivos, mais aprofundados, com intensa participação da sociedade organizada, aproximando as decisões públicas da realidade social e ampliando a transparência na gestão. Orientar novos estudos prospectivos para a área social, de modo a explorar diversificada gama de reflexões abalizadas e construir visões de futuro que subsidiem o aperfeiçoamento das políticas públicas de inclusão produtiva.

Execução da pesquisa

Consórcio SACES: Instituto SAGRES – Políticas e Gestão Estratégica Aplicadas (empresa líder); CESO CI Internacional; SLA Consultoria em Estratégica

Coordenador Geral

Bernardo P. Campolina Diniz

Equipe Técnica

Alexandre R. Leichsenring
André Luis Garcia Barreto
Ciro Gondim Leichsenring
Franco de Matos
Mario Andreuzza
Raul Sturari

Unidades Responsáveis

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Paulo de Martino Jannuzzi

Diretora de Avaliação

Júnia Valéria Quiroga da Cunha

Coordenadora Geral de Avaliação de Resultados e de Impacto

Renata Mirandola Bichir

Equipe de acompanhamento da pesquisa

Cristiane Torisu Ramos
Danilo Mota Vieira
Fernando Batista Pereira
Marcel Frederico de Lima Taga
Rodrigo Costa Capeáns

Secretária Articulação para a Inclusão Produtiva

Ronaldo Coutinho Garcia

Diretor de Prospecção para a Inclusão Produtiva

Ricardo Luiz Chagas Amorim

Coordenador Geral de Estudos

Luis Felipe Giesteira

Colaboradores

Fernando Kleiman
Marcelo Saboia
Thiago Varanda Barbosa

Banco Interamericano de Desenvolvimento
Especialista em Proteção Social e Saúde - BID
Rita Sorio

Gerente do Projeto Apoio à Agenda do Conhecimento
Eduardo Kappaun

Edição e Diagramação deste Sumário Executivo
Revisão

Danilo Vieira
Renata Bichir
Júnia Quiroga

Projeto Gráfico
Clara Farias

Diagramação
Kátia Ozório

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 410
CEP: 70.054-906 Brasília | DF
Fone: 61 3433-1509 | Fax: 3433-1528
www.mds.gov.br/sagi